



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Relatório sobre inspeção em estabelecimentos penais do estado de São Paulo

Datas das inspeções: 28 de fevereiro e 1º de março/2011; 16 e 17 de maio/2011.

Unidades prisionais inspeccionadas: Cadeia Pública de Batatais (Masculina); Centro de Detenção Provisória de Franca; Cadeia Pública de Franca (Feminina); Centro de Detenção Provisória de Ribeirão Preto, Penitenciária de Ribeirão Preto, Centros de Detenção Provisória de Pinheiros I e II, Penitenciária Feminina de Sant'Ana e Centros de Detenção Provisória de Belém I e II e Alas de Progressão I e II.

Conselheiros responsáveis : Eduardo Japiassú e Herbert Carneiro.

A primeira constatação é a da superlotação. Com algumas poucas exceções, quase todas as unidades inspecionada estão superlotadas, com população carcerária, em alguns casos, em dobro ou até mais da capacidade permitida.

Outra constatação a ser registrada: algumas unidades prisionais (as cadeias públicas) são administradas pela polícia civil, sob comando de delegados de polícia e policiais incumbidos da guarda dos presos. Nestes casos, a precariedade é visível, sob todos os aspectos. As estruturas físicas e funcionais deixam muito a desejar. Cadeias públicas em prédios velhos e condições de acatamento muito precárias, o que importa, de modo geral, em comprometimento do tratamento do preso.

Já nas unidades da Secretaria de Administração Penitenciária, embora o maior problema seja a superlotação, merece registro o fato de que os funcionários são agentes penitenciários, sendo que, em algumas unidades, eles estão em número insuficiente para enfrentamento da demanda. Foi constatada, ainda, em algumas unidades, a convivência dos agentes penitenciários com a polícia militar, sendo de incumbência desta as escoltas dos presos para as diversas saídas externas.

Acrescente-se, ainda, o registro da existência de facções criminosas dentro de algumas das unidades inspeccionadas, sendo isso admitido até mesmo pela direção dos estabelecimentos. Essa constatação, como observado, dificulta em muito a administração dos estabelecimentos, impondo um regime rigoroso de segurança, com comprometimento evidente da garantia dos direitos dos presos. Nesses casos, os estabelecimentos mais parecem depósitos de presos, sem a mais mínima condição de qualquer ação no sentido de humanização da pena. Até mesmo nesses estabelecimentos, foi constatada a perniciosa convivência de presos condenados (que já deveriam estar em estabelecimentos adequados) com provisórios.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Em seguida, passaremos descrever, resumidamente, algumas condições gerais e específicas das unidades prisionais inspecionadas (observação: os detalhes mais específicos de cada uma unidades constam dos relatórios e anexos juntados ao presente relatório):



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Cadeia Pública de Batatais

- A inspeção foi acompanhada pelos policiais civis que se encontravam na cadeia . O delegado de polícia responsável pelo estabelecimento foi contatado em outro local.
- As condições físicas e estruturais da cadeia são as piores possíveis. Um prédio velho e em estado ruim de conservação, sendo que a cadeia fica nos fundos, em local insalubre e de instalações precárias para acautelamento do presos.
- Esta cadeia já esteve superlotada, segundo informações ali obtidas, com mais de duzentos presos. Atualmente, acautela aproximadamente 60 (sessenta) presos. Não nos foi permitido o acesso ao pátio, por questões de segurança tivemos contato com apenas um preso.
- Na cadeia, trabalham 05 (cinco) policiais, das 08:00 às 18:00 horas. O sistema de plantão é feito por 03 (três) policiais, todos com porte de arma de fogo.
- Cada cela abriga, em média, de 10 a 12 presos.
- A cadeia tem duas alas, sendo uma de presos criminosos e, outra, de presos civis. Entre as alas há um pátio, onde acontece, diariamente, o banho de sol, de 08:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas.
- As visitas aos presos ocorrem 02 (duas) vezes por mês, sempre no pátio, sendo permitida a entrada de duas pessoas para cada preso.
- Os presos não recebem assistência jurídica permanente o conselho penitenciário visita, com regularidade, a cadeia e emite relatório, sempre.
- Segundo informações, a pastoral carcerária não tem acesso aos presos, por questões de segurança.
- Até 10 de setembro de 2010, esta unidade prisional acautelava mulheres, com expressivo contingente de superlotação. Posteriormente, as mulheres foram transferidas para a cadeia pública de franca e esta unidade voltou a receber presos (masculinos).
- Na cadeia tem presos condenados e provisórios, sendo que a maioria dos condenados respondeu por crimes de médio potencial ofensivo (contra o patrimônio, trânsito e outros).há presos também por dívida alimentícia. E não há local adequado para acautelamento de presos por crimes contra a dignidade sexual.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Exemplo de uma situação de preso na cadeia de batatais: Cláudio Ferreira da Costa (preso entrevistado) : 31 anos, condenado três vezes por furto. Já cumpre pena a 02 (dois) anos. Faz a faxina da cadeia.
- As visitas do juiz são mensais e regulares, o mesmo não foi dito com relação ao ministério público.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Centro de Detenção Provisória – CDP Franca

O centro de detenção provisória de franca - CDP de franca foi inaugurado há aproximadamente 11 (onze) meses. As condições físicas e estruturais do prédio são muito boas.

Diretor da unidade: Dr. Valter Moreto, da administração penitenciária estadual.

Agente de disciplina: Antonio Marcus Madureira, que nos acompanhou na inspeção.

- No estabelecimento há presos condenados e provisórios.
- Quantidade de presos acautelados:
- Capacidade legal de presos:
- A Funap oferece advogados para os presos, durante todos os dias da semana, à exceção de sábado e domingo. Quase sempre: de 02 (dois) a 03 (três) advogados.
- Número de agentes: 150 (cento e cinquenta) agentes penitenciários da SAP prestam serviço no estabelecimento. Ali, trabalham também 02 (dois) oficiais administrativos.
- As visitas aos presos ocorrem quinzenalmente. As revistas de visitas são feitas no “banquinho” e também por “agachamento”, porém sem espelho.
- A alimentação é de boa qualidade e feita pelos próprios presos. Tem cozinha ampla e bem equipada. As instalações do almoxarifado são boas, como também a dispensa dos alimentos, inclusive com câmara frias para armazenamento de alimentos perecíveis.
- Na sala de almoxarifado tem um raio-X para controle de entrada de todas as mercadorias (alimentos e outros) no estabelecimento penal.
- No estabelecimento há uma sala de video-audiência, que não está sendo utilizada.
- A ala de seguro tem 12 (doze) celas com capacidade, cada uma delas, para 03 (três) presos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Há uma farmácia com remédios suficientes para atendimentos básicos. No local, detectamos a presença de alguns enfermeiros, tendo sido informado que o médico vai ao estabelecimento uma vez por semana e na medida da necessidade.
- A fase de triagem dos presos é feita, primeiramente, somente para identificação; após, o preso é colocado em celas individuais e isolado por 20 dias. A partir daí, a direção do estabelecimento analisa e decide qual o melhor pavilhão para acautelar o preso.
- A identificação do preso é biométrica.
- No estabelecimento tem uma ala de disciplina com 10 celas.
- No estabelecimento tem uma padaria, que fornece todo o pão servido para os presos.
- Os presos ainda não recebem pecúlio.
- do total de presos acautelados no estabelecimento, somente 150 (cento e cinquenta) deles estudam, divididos em duas turmas, pela manhã e a tarde (ensinos fundamental e médio)
- O CDP tem 08 (oito) raios (pavilhões) . Cada cela tem 12 (doze) camas
- O banho de sol é diário de 08:00 às 10:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas.
- A direção do estabelecimento procura dividir os pavilhões de acordo com os crimes cometidos e o perfil de cada preso, a fim de facilitar o controle e manutenção da segurança.
- Tem um pavilhão amplo e vazio destinado para trabalho dos presos. Ainda inoperante, sendo que algumas empresas foram contactadas para utilização da mão de obra do preso, mas até agora nada foi concretizado.
- Os presos, em número pequeno, trabalham somente na cozinha, faxina e manutenção.
- Há um projeto de implantação de trabalho para confecção de sapatos pelos presos, mas a empresa saiu de franca. Diante disso, a direção do CDP está procurando outros parceiros, para oferecimento de trabalho para os presos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Delegado responsável: Dr. Eduardo Lopes Bonfim, que não se encontrava na unidade quando lá estivemos. Fomos recebidos pelos policiais civis, que nos acompanharam na inspeção.

- A capacidade da cadeia é para 149 presas. No dia da inspeção, lá se encontravam 216 presas.
- Há presas provisórias. Tem 40 (quarenta) presas condenadas, dos regimes fechado e semi-aberto. As presas condenadas estão ali por falta de vagas em estabelecimentos penais adequados.
- As presas recebem assistência médica uma vez por semana. Quando surgem problemas de saúde urgentes, as presas são levadas ao hospital.
- A alimentação da cadeia é terceirizada.
- As visitas acontecem sempre às sextas-feiras.
- O juiz e promotor de justiça visitam mensalmente a cadeia.
- A polícia militar é que faz a locomoção das presas para o fórum e atendimento de saúde.
- Os plantões dos policiais são de 12 por 24 ou 12 por 48 horas, são 04 (quatro) policiais por plantão
- A prefeitura de Franca manda preservativos para as presas. Tem uma presa com HIV, cujo tratamento é feito no posto de saúde da cidade.
- Dentro do estabelecimento os policiais andam armados.
- 90% (noventa por cento) das presas estão condenadas ou respondem processo-crime por tráfico de drogas.
- As presas ganham remição pelo trabalho de enrolar tabaco, confecção de cigarros. 30 (trinta) presas estão envolvidas neste trabalho.
- Há uma parte da cadeia que está desativada, em razão da última rebelião ocorrida no ano de 2010.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- As presas passam a maior parte do tempo no pátio, de 08:30 às 17:30 horas.
- A cadeia já experimentou, no mínimo, 04 (quatro) rebeliões.
- As presas recebem alimentos e colchões das famílias.
- Ao lado da cadeia, há um espaço já preparado para receber as presas do regime semi-aberto, que poderão ali trabalhar. Por enquanto, somente 01 (uma) presa está naquele espaço.

Centro de Detenção Provisório – Ribeirão Preto

Não foi autorizada a entrada dentro dos pavilhões e nem permitida a retirada de fotografias, segundo alegado, por questões de segurança. O prédio está em má condição de conservação e há vulnerabilidade na segurança, considerando a sua localização na beira da rodovia.

- 95% dos presos ali acautelados são de Ribeirão Preto.
- A Funap disponibiliza 2 (dois) advogados para atendimento aos presos.
- A alimentação dos presos vem da penitenciária que fica ao lado, praticamente. Os presos recebem, também, durante as visitas dos familiares, alimentos, até a quantidade de 2 kg.
- Quando os presos chegam ao CDP, passam por uma triagem de saúde, para verificar a existência ou não de problemas, como: doenças infecto-contagiosas e oferecimento do tratamento necessário.
- Tem uma sala para atendimento médico e procedimentos básicos de saúde.
- Os presos só andam algemados nas locomoções dentro do estabelecimento, segundo afirmado, por questões de segurança.
- Divisão dos presos por raios: raio 1 – primários e crimes contra o patrimônio em geral; raio 2 – primários e crime de tráfico de drogas; raio 3 – reincidentes e tráfico de drogas e homicídio; raio 4 – reincidentes e crimes contra o patrimônio. Tem, ainda, 08 (oito) celas para disciplina e 01 (uma) cela para presos com curso superior.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- O diretor disse que as guaritas de segurança estão em péssimo estado de conservação e deverão experimentar reforma, já prometida.
- O diretor reclamou do número deficiente de pessoal para os serviços administrativos.

Penitenciária de Ribeirão Preto

- Não foi autorizada a retirada de fotos. Diretor geral substituto: Igor Alexandre Renieri; diretor de segurança: Anderson Pinheiro. Ambos nos acompanharam na inspeção.
- No dia da inspeção, estavam 09 (nove) presos em celas individuais de seguro. Encontravam-se no estabelecimento: 03 (três) presos cadeirantes; 09 (nove) com problemas mentais e 02 (dois) deficientes auditivos, todos devidamente assistidos por médico e enfermeiros.
- Lá se encontravam, irregularmente (por falta de vaga), 04 (quatro) presos já com medida de segurança de internação decretada, que deveriam estar em hospital psiquiátrico de custódia.
- A alimentação é feita pelos próprios presos.
- O serviço de enfermagem faz somente atendimentos básicos. O médico faz plantão de 12 (doze) horas.
- A Funap disponibiliza 03 (três) advogados para atendimento aos presos.
- No estabelecimento, trabalham 45 (quarenta e cinco) agentes durante o dia e 15 (quinze) à noite.
- São 04 (quatro) pavilhões independentes, cada qual com sua área de trabalho.
- Cerca de 400 (quatrocentos) presos têm trabalho, alguns trabalham com artesanato e têm direito à remição.
- Agentes de escolta e vigilância penitenciária fazem a segurança externa do estabelecimento. Há uma linha de tiro e a cada 70 metros é colocado um cão. Caso o preso ultrapasse este limite, os guardas têm autorização para atirar.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- No estabelecimento, tem uma boa estrutura para atendimento odontológico. Tem, também, uma farmácia razoável com medicamentos controlados e de primeiro socorro.
- Detectamos a presença de um preso com tuberculose, que estava recebendo, no momento da inspeção, o tratamento devido, com medicação apropriada.
- A triagem no estabelecimento é rápida e feita somente através da identificação do preso.
- No estabelecimento, tem 6 celas para seguro, com pátio próprio para banho de sol, dividido em 2 períodos do dia. Naquele dia, 30 (trinta) presos estavam de correção disciplinar. A ala da disciplina contém 15 celas, onde ficam 2 presos em cada uma delas.
- A cozinha tem problemas, como buracos no chão e paredes faltando azulejos. Os próprios presos fazem a comida e lavam a cozinha.
- No estabelecimento, tem um canil com vários cães treinados e com habilidades específicas. O cão fuzil, o qual já apareceu em reportagem na tv record, faz caça a celulares.

Belém I

- Tem um raio de alto perigo; ficam em cela individual, que vem de Avaré I e Venceslau.
- Foi feita uma força tarefa do dia 03/05 e vai até o dia 30/05. Fórum e defensoria pública.
- Há 2.200 presos, sendo que a capacidade é de 768.
- Há 207 presos no semi – aberto.
- Há 266 presos, para 8 celas.
- Há 88 presos no seguro.
- Há mais ou menos 10 presos por cela no seguro.
- Há 03 camas alvenaria nas celas.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Ala de progressão Belém I

- Há sistema de monitoramento para os presos que sai pra trabalhar.
- Há 60 presos que trabalha extremamente.
- Há 204 presos.
- Há 06 em biblioteca.
- Há 06 em escola
- Na visita tem o agachamento e o banquinho.
- O secretario administrativo solicitou que na audiência pública, falemos sobre a videoconferência como é bom e ajuda.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Belém II

- Capacidade 468 presos.
- População 1.493.
- Na ala de progressão, há 216 presos.
- Presos condenados 584
- Há enfermaria
- Na inclusão de novos presos, se dá no mesmo dia, sendo direcionados ao convívio com os demais presos.
- Há facção.
- Há enfermaria.
- Há um médico, três vezes por semana.
- Para cada raio (pátio) entorno de 230 presos
- Cada cela vem torno de 30, a cela tem capacidade para 12 presos.
- Há dois pavilhões estão em reforma.
- Há cela para deficiente.
- Tem dieta
- O feijão é separado da comida.
- A comida é terceirizada.
- Há uniforme para os presos.

Semi – aberto Belém II



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Não há ambulatório.
- Há 217 presos.
- Capacidade 108 presos.
- Há 94 presos em trabalhos externos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Pinheiros I

- Na inspeção teve a presença do conselho penitenciário, onde a Sra. Ana paula Gomes F. de Oliveira;
- Rubens da silva – assessor da presidente acompanharam na inspeção.
- Cadeia pública, mas a estrutura e da SAP, foi reformado Pinheiros II, III e IV.
- Há sala de vídeo conferência no Pinheiro II e Pinheiro IV.
- A demanda é muito grande, onde os presos do regime semi aberto fica esperando de 01 a 02 meses.
- Pinheiros I, com capacidade de 512 internos. Mas se encontra com um total de 1667, sendo que há 574 no regime fechado; 68 no regime semi aberto; 1015 presos provisórios e 10 presos na INC. Automática.
- Há 574 condenados.
- Há 68 presos, no regime semi aberto.
- A juíza corregedora, faz uma visita mensalmente, que por sua vez, entrevista os presos. O MP se faz presente, no entanto, sem tanta frequência.
- A maioria das reclamações dos presos e da super lotação e da falta de produtos para higiene pessoal, e os condenados, reclamam querendo ser transferidos.
- Há detector de metais na entrada.
- Há enfermaria.
- Há presos que trabalham (internamente).
- O detento José Ribamar Pereira da Silva que esta em regime de medida de segurança no presídio, há 01 a 10 meses. E que segue em anexo.
- Há unidade de saúde, com dentista e 64 psicotrópicos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Há kit de higiene, só que não é sempre que são entregues para os presos, mas as famílias trazem.
- Regivaldo Batista de Matos, foi pronunciado por crime de homicídio simples, e preso há 02 anos e 04 meses, onde o mesmo não foi a júri, sendo que era primário, e hoje em dia presta serviço internamente
- Há 05 presos trabalham internamente.
- Há uma média de 08 a 10 celas, e tem 35 presos em cada cela.
- Os presos ficam em média 10 dias na ala disciplinar porque não tem espaço nas demais alas.
- Os presos quebram todas as câmeras de segurança.
- de 02 em 02 horas os funcionários fazem ronda nas alas.
- A visita é separada por raio (pátio), são 02 visitantes para cada detento.
- Dois raios (pátio) no sábado e 2 raios (pátio) no domingo.
- Tem o projeto ITCC junto a pastoral carcerária, para os presos provisórios.

Pinheiros II

- Há escola. Para aqueles presos que estudam ganham remição de pena.
- Há 1334 presos
- Capacidade 512
- Tem canil
- Tem trabalho interno para os presos
- Diretor de segurança Sergio Alves da Silva



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Todos os presos usam uniformes
- Há projetos de manutenção; conservação; projeto escalar e projetos esclarecer (alfabetização e ensino fundamental).
- Eliana de Souza (diretora de saúde) é responsável pela educação dos presos.
- Há 100 presos estudando.
- Tem aula de violão, inglês e música.
- Há 02 advogados do pronasci, que dá apoio e atende uma média de 20 a 30 presos por dia.
- O juiz e promotor fazem visitas no estabelecimento penal.
- Os presos que trabalham tem celas separadas.
- Tem cela para deficiente.
- A visita é semanal.
- A visita íntima é dentro de uma cela reservada.
- Recebe presos da Cracolândia.
- Tem pouca visita, pois a maioria dos presos são moradores de rua.
- Há 205 presos que tomam psicotrópico.
- Há 06 presos com tuberculose.
- Há 31 presos com aids.
- Há 16 presos que tomam coquetel.
- Há 08 presos com diabetes.
- Há 23 presos com hipertensão.
- No momento da inspeção estava sem médico.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Há 01 plantão de clínica médica uma vez por mês.
- Segundo Flavio (detento) não tem facção.
- Tem cela separada para homossexual.
- Os presos que necessitam de medicamentos, sendo que os remédios são separados por nome e por caso.
- Na refeição, o feijão vem separado.
- Tem serviço principal para família dos presos.

Penitenciária Feminina de Santana

Dra. Regina – juíza corregedora

Dr. Mauricio Guarnieri – diretor geral

- Capacidade de 2580 presas, mas se encontra no momento com 2600 presas.
- Há 03 pavilhões, com aproximadamente 870 por pavilhão.
- Cada pavilhão com 05 andares, 44 celas que comportam 02 sentenciadas em cada cela.
- Os pátios são intercalados uns tem recreação e outros não tem.
- Há 01 hospital desativado.
- Há 01 sanatório
- Há 30 locais para oficinas de trabalho – 230 m²
- Há 30 locais para salas de aula e bibliotecas. Atualmente ocupados com 20 oficinas, tendo 1033 presas trabalhando.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Há 05 bibliotecas
- Há 03 postos culturais
- Há 10 salas de aulas
- Há uma equipe técnica composta de: médicos; psicólogos; assistentes sociais; dentistas; advogados; voluntários (médicos e dentista).
- Há uma parceria com o ITTC – instituto terra, trabalho e cidadania, universidade paulista (Unip) e PUC – sp.
- Há assistência religiosa, para as presas recolhidas.
- Há preso provisório.
- Há Funap.
- Há Funap que atende dentro do presídio, e a defensoria no fórum, a defensoria não tem estrutura para atender dentro do presídio.
- Tania – diretora de segurança
- Há oficina de trabalho.
- Há escola em cada ponta do pavilhão.
- A comida é terceirizada.
- Tem setor de dietas, são 07 tipos de dietas
- Há padaria.
- Terça e quinta - chá com pão doce, sábado - iogurte com bolo.
- Para as presas que trabalham na panificadora e no refeitório, são distribuídas em escalas, que compreende em três turnos, das 03h às 11h da manhã – das 06h às 14h – das 08h às 17h.
- Tem refeitório
- A mesma comida que as detentas comem, as funcionárias também comem.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

- Há atendimento as presas pela assistência social.
- Roberto Benjamim (diretor de produção).
- Existe um projeto na penitenciária feminina, onde as presas produzem hidrômetros de água, e que são vendidos para todo o estado de São Paulo, e que o chefe da Funap, procura contratos com as empresas, para a compra desses hidrômetros.

Necessário registrar que tivemos encontro com o senhor secretário de administração penitenciária (Dr. Lourival Gomes) de quem colhemos as informações de que nos próximos 02 (dois) anos mais de 30 unidades prisionais novas serão construídas no estado de São Paulo; passou-nos notícia de investimento feito na política de penas alternativas (com instalação de centrais e treinamento de pessoal) e a necessidade de sensibilização do judiciário para utilização da videoaudiência, a fim de evitar deslocamentos diários de presos, o que importa na otimização de recursos e segurança para o sistema penitenciário paulista.

Feitos esses registros e anotações, cabe-nos, agora, indicar as recomendações necessárias à melhoria do sistema penitenciário paulista, principalmente se considerado o descompasso entre o que consta do plano diretor do sistema penitenciário paulista e a realidade detectada nos estabelecimentos penais inspecionados.

Antes, porém, necessário registrar que o conselho nacional de justiça (cnj), no presente momento, conforme amplamente divulgado pela imprensa nacional, realiza mutirão nas varas criminais e de execução penal daquele estado, com o propósito de examinar aproximadamente 94.000 (noventa e quatro mil) processos, para possibilitar aos presos, especialmente os provisórios, exame judicial de suas situações, mormente benefícios a serem concedidos e possibilidade de liberdade expectativa é de que aproximadamente 10.000 (dez mil) presos venham a ser liberados com os trabalhos do mutirão. Segundo informações veiculadas na imprensa, o judiciário paulista ofereceu todas as condições funcionais e estruturais necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.o mutirão paulista tem término previsto para o mês de dezembro de 2011.

São essas as recomendações dirigidas às autoridades e entidades paulistas visando a melhoria do sistema penitenciário daquele estado:

1. Expedir ofícios para o governador do estado e secretário de administração penitenciária paulista para, em 15 (quinze) dias, apresentarem esclarecimentos sobre a política penitenciária estadual, com enfoque especial no problema da superlotação; o que tem sido feito para enfrentamento deste problema, a curto, médio e longo prazos; quais as políticas desenvolvidas neste particular – alternativas penais à prisão – além das construções de novos estabelecimentos penais? Qual a perspectiva de execução



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

do plano diretor do sistema diretor do sistema penitenciário paulista, no que diz respeito à equação do problema da superlotação?

2. Expedir ofícios para o governador do estado e secretário de administração penitenciária paulista para, em 15 (quinze) dias, apresentarem esclarecimentos sobre a execução do plano diretor estadual, especialmente no que diz respeito à política pública de penas alternativas: quantas cpma's foram criadas e qual estrutura (de instrumentos e pessoal) posta à disposição das centrais, para fiscalização, monitoramento e supervisão das alternativas penais aplicadas;

3. Exigir das autoridades estaduais (especialmente do governador e do secretário responsável) esclarecimentos, via de ofício, com resposta em 15 (quinze) dias, sobre a política desenvolvida em prol da assistência jurídicas dos apenados carentes, especialmente sobre a expansão da defensoria pública (concurso público para novos defensores; criação de quadro próprio de funcionários para a defensoria pública; alocação de recursos para viabilizar a autonomia estrutural e funcional da defensoria pública);

4. Expedir ofícios para o governador do estado e secretários da administração penitenciária, da saúde e da educação, com solicitação de respostas em 15 (quinze) dias, para esclarecerem sobre as iniciativas conjuntas adotadas visando propiciar aos detentos do sistema penitenciário paulista das assistências legais previstas no pertinente à saúde e educação (durante as inspeções foi detectado que menos de 30% (trinta por cento) dos presos paulistas recebem, com regularidade, assistências à saúde e educação, o que contraria o previsto no plano diretor do sistema penitenciário estadual);

5. Expedir ofícios para as autoridades do executivo paulista, já declinadas anteriormente, para esclarecerem, em 15 (quinze) dias, sobre quais providências vêm sendo adotadas no sentido de motivar a sociedade civil para criação e instalação de patronatos, conselhos da comunidade e outras estruturas auxiliares do estado na execução da pena (essas iniciativas também constam do plano diretor do sistema penitenciário paulista e não se tem notícia atualizada do que tem sido feito nesse particular);

6. Diante da constatação de que presos do regime semi-aberto estão indevidamente acautelados em estabelecimentos fechados, por falta de estabelecimentos adequados, oficiar as autoridades já nominadas, no sentido de esclarecerem, em 15 (quinze) dias, o que tem sido feito efetivamente para o enfrentamento dessa grave situação, que pode, em tese, levar o judiciário a conceder prisão domiciliar para todos os detentos nessa situação, como já vem entendendo alguns tribunais do país;

7. Especificamente com relação às mulheres presas e egressas do sistema penitenciário paulista, oficiar as autoridades já nominadas, para esclarecerem, em 15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

(quinze) dias, sobre as iniciativas de governo no sentido de dar cumprimento à meta 22 (vinte e dois) do plano diretor do sistema penitenciário estadual;

8. Especificamente, também, sobre “banho de sol” e “revistas vexatórias dos visitantes”, oficiar as autoridades nominadas, para, em caráter de urgência, adotarem providências no sentido de debelarem os problemas graves detectados nessas duas situações (falta de banho de sol para grande parte dos presos e revistas vexatórias em parentes de presos), esclarecendo, em 15 (quinze) sobre as providências adotadas, sob pena de acionamento judicial;

9. Sobre os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico dos presos e pacientes judiciários, o que não consta especificamente do plano diretor do sistema penitenciário paulista, oficiar às autoridades nominadas, para, em 15 (quinze) dias, prestarem os esclarecimentos devidos sobre a política pública desenvolvida pelo governo nesse particular, especialmente levando em conta as diretrizes da política antimanicomial prevista na lei n. 10.216/01;

10. Oficiar às autoridades paulistas (especialmente o governador do estado e secretário de administração penitenciária) para, em 15 (quinze) dias, esclarecerem, de maneira geral, sobre outros pontos do plano diretor do sistema penitenciário paulista, aqui não abordados especificamente, mas que mereçam registros sobre ações de governo no sentido de implementá-los, aprimorá-los para efetividade da execução penal no estado de São Paulo (ex. Ouvidoria do sistema penitenciário; política pública de combate à tortura no sistema penitenciário; informatização plena do sistema penitenciário paulista);

11. Oficiar à chefia da defensoria pública do estado de São Paulo, para, em 15 (quinze) dias, prestar esclarecimentos sobre os trabalhos desenvolvidos por aquela instituição visando o aprimoramento do sistema penitenciário paulista, especialmente no que diz respeito ao atendimento aos presos carentes;

12. Oficiar à procuradoria de justiça do estado de São Paulo, para, em 15 (quinze) dias, oferecer informações sobre sua visão do sistema penitenciário paulista e, especificamente, sobre as medidas adotadas por aquela instituição visando a adequação do sistema aos termos da lei de execução penal;

13. Oficiar à seção da ordem dos advogados paulistas, através de seu presidente, para, em 15 (quinze) dias, também oferecer sua impressão sobre o sistema penitenciário paulista e, especificamente, sobre sua contribuição visando o aprimoramento da execução penal no estado;

14. Oficiar ao Conselho Penitenciário Estadual, através de seu presidente, para, em 15 (quinze) dias, tecer considerações sobre sua visão do sistema penitenciário paulista,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

se possível, oferecendo sugestões de melhoria e sobre qual a sua contribuição para o aprimoramento da execução penal estadual;

15. No mesmo sentido do parágrafo anterior, oficiar à representação maior do conselho da comunidade de São Paulo, para esclarecimentos, em 15 (quinze) dias, sobre sua visão geral do sistema penitenciário paulista; oferecer sugestões de melhoria e dizer de seu papel nesse mister;

16. Oficiar ao presidente do tribunal de justiça do estado de São Paulo, para, no prazo de 15(quinze) dias, prestar os esclarecimentos sobre as ações do judiciário estadual visando o aprimoramento da prestação jurisdicional especialmente nas varas criminais e de execução penal; e mais, quais as expectativas do judiciário paulista face ao mutirão do cnj, em parceria com aquele tribunal;

17. Ainda com relação ao judiciário paulista, fazer constar do ofício a solicitação de esclarecimentos sobre as ações do tribunal visando a implantação de varas especializadas de penas alternativas; implantação de alternativas conciliatórias (mediação e justiça restaurativa);

Senhoras e senhores conselheiros, esse o relatório que apresentamos aos ilustres pares, com algumas das impressões colhidas durante a inspeção de alguns estabelecimentos penais paulistas, bem como solicitações de esclarecimentos das autoridades responsáveis pela administração penitenciária, tudo com o fito exclusivo de aprimorar a execução penal no estado de São Paulo, o que, se aprovado, será encaminhado a quem de direito, para atendimento das determinações nele contidas.

Relatório de visitas de inspeção

Estado: São Paulo

Estabelecimentos:

1. Centro de Detenção Provisória de Bauru (Rodovia Comandante Ribeiro de Barros, Km 349 – Bauru)
2. Instituto Penal Agrícola “Prof. Noé Azevedo” (Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, Km 349 – Bauru)
3. Penitenciária “Alberto Brocchieri” (Rod. Marechal Rondon, Km 353 – Bauru)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

4. Penitenciária “Dr. Paulo Luciano de Campos” (Av. Salim Antonio Curiati, 333 – Avaré)
5. Penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva” (Rod. Eduardo Saigh, Km 292,5 – Itaí)
6. Penitenciária de Presidente Prudente – “Wellington Rodrigo Segura” (Rodovia Vicinal Raimundo Maiolini, Km 6 - Montalvão - Presidente Prudente)
7. Centro Ressocialização de Presidente Prudente (Rodovia Vicinal Raimundo Maiolini, Km 6 - Montalvão - Presidente Prudente)
8. Centro de Reabilitação Penitenciária “Dr. José Ismael Pedrosa” (Rod. Raposo Tavares, Km 586 - Presidente Bernardes)
9. Penitenciária de Presidente Venceslau I – “Zwinglio Ferreira” (Av. Antonio Marques da Silva, S/Nº - Centro – Presidente Venceslau)
10. Penitenciária de Presidente Venceslau II – “Maurício Henrique Guimarães Pereira” (Rodovia Raposo Tavares, Km 623 – Presidente Venceslau)
11. Delegacia Seccional/ Cadeia Pública de Osasco (Av. Marechal Rondon, 300 – Centro – osasco)

Datas: 2/3 e 16/17 de maio de 2011

Conselheiros: Carlos Eduardo Adriano Japiassú

Herbert José Carneiro



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Introdução

Considerando-se a dimensão geográfica do estado de São Paulo, bem como a quantidade de pessoas submetidas ao sistema penitenciário paulista, procurou-se visitar diferentes estabelecimentos penais em diferentes regiões do estado, a saber, região de Bauru, região de presidente prudente e Osasco, na grande São Paulo.

Ao lado disto, houve inspeções em estabelecimentos penais bastante distintos entre si, justamente para permitir uma verificação mais aproximada o possível da situação atual do sistema penitenciário paulista. Assim, foram visitadas Cadeia Pública, Centro de Detenção Provisória, estabelecimentos penais destinados ao regime semi-aberto e ao regime fechado, além do centro de reabilitação penitenciária destinada a presos submetidos ao regime disciplinar diferenciada.

A partir daqui, passar-se-á à apresentação do que foi verificado em cada dos estabelecimentos visitados, levando-se em conta: lotação e destinação; administração; manutenção e infra-estrutura; segurança; assistência à saúde; assistência material; assistência educacional, atividades culturais e de lazer; trabalho; assistência jurídica; e assistência religiosa.

Estabelecimentos inspecionados

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE BAURU

O Centro de Detenção Provisória de Bauru destina-se à custódia de presos provisórios, do sexo masculino, contém 1.407 presos, segundo dados da própria secretaria de administração penitenciária do estado de São Paulo. A capacidade do estabelecimento, segundo dados colhidos no estado, é de 768 presos.

A unidade serve como um ponto de parada para quem comete falta grave em alguma unidade prisional próxima a Bauru, os presos vêm para esse CDP e depois são removidos para uma penitenciária.

Ressalve-se que não há presos submetidos ao regime disciplinar diferenciado (RDD), visto que, para tais casos, recorre-se ao centro de reabilitação penitenciária “dr. José Ismael Pedrosa”, em Presidente Bernardes.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

O estabelecimento é administrado por: Plínio Martins Moreira (diretor geral); Júlio César Marcos (diretor do centro de segurança e disciplina); Gustavo Tosim (supervisor).

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a ausência de cama para todos os presos, que se amontoam no interior das celas. Havia, em cada cela, de 18 a 20 presos. Naquelas chamadas de seguro, havia 20 presos – em 11 celas, com três camas cada uma – e, naquelas destinadas àqueles que cumpriam alguma sanção disciplinar, havia 10.

Não há, entre os internos, acusados de terem cometido crimes contra a dignidade sexual, que são transferidos para as unidades de iaras e serra azul.

O estabelecimento apresenta uma estrutura predial recente, mas com problemas estruturais, tanto que foi feita em uma parte da unidade uma obra para retirar a tubulação interna, que causava infiltrações, para área externa. Foi informado que a outra parte da troca da tubulação será iniciada o mais breve possível.

Há uma ala exclusiva para triagem e inclusão. Nesta ala, os presos ficam por uma semana para exames clínicos e identificação.

As muralhas, as guaritas são e a segurança interna são realizadas por agentes de segurança penitenciária. Há aparelhos de raio-x para entrada de alimentos e de pessoas. Ressalte-se que, segundo informado, as máquinas de raio-x recebem constante manutenção e estavam em aparente bom estado.

Houve uma única rebelião em 2006 e, desde então, não houve indícios de novas rebeliões.

Existem dois médicos – 1 clínico geral e 1 psiquiatra –, que atendem todos os dias, e ficam em torno de 01h30min, mas, segundo informado, caso necessário, atendem nos finais de semanas também. Há, ainda, 2 enfermeiros de plantão e 6 celas no setor de saúde para aqueles que necessitam.

É bem de ver que, face à grande quantidade de pessoas detidas no estabelecimento prisional, constata-se a necessidade de ampliação desse quadro, a fim de possibilitar melhor assistência. Para reforçar esta idéia, informou-se que há 110 presos em atendimento psiquiátrico.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceu suficiente para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido. Este, aliás, foi



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

um pontos mais elogiáveis neste estabelecimento, como nos demais estabelecimentos do interior de São Paulo.

O banho de sol é realizado diariamente, das 8h às 11h30min e das 13h às 16h. As visitas acontecem das 8h às 16h, nos finais de semana. Não foi relatado qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação não é confeccionada no estabelecimento, mas vem do instituto penal agrícola e é considerada como boa pelos presos.

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar no CDP, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade. Artigos de higiene são entregues quando os internos ingressam na unidade.

Existe um almoxarifado para alocação de produtos de limpeza, uniforme, higiene e outros medicamentos.

Não há qualquer oferta de estudo ou de trabalho, salvo a possibilidade para alguns poucos de atuar na limpeza da unidade.

A assistência jurídica é feita por advogado da Funap.

Informou-se que ocorrem visitas mensais do promotor e do juiz de execução. Já o defensor pública realiza inspeções a cada 2 meses.

INSTITUTO PENAL AGRÍCOLA “PROF. NOÉ AZEVEDO”

O instituto penal agrícola “Prof. Noé azevedo” destina-se à custódia de presos submetidos a regime semi-aberto, do sexo masculino, contém 958 presos e a capacidade do estabelecimento é de 1.119 presos. Destes, 794 têm presos com direito a saída temporária.

Não há separação, por crimes, por causa da estrutura.

Quando os detentos cometem falta, eles são remetidos ao centro de detenção provisória.

O estabelecimento é administrado por: Alex dos Santos Souza (diretor geral); Alex Fidelis (diretor de segurança).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a existência de 16 alojamentos coletivos, de tamanhos variados. O último que foi construído tem espaço pequeno para a cama e não tem local para guardar os objetos.

O estabelecimento apresenta uma estrutura predial muito antiga, de mais de 50 anos, tendo sido colégio agrícola antes de se tornar estabelecimento penitenciário. Encontra-se em área imensa e é composto de edifícios destinados a alojar internos, educação e trabalho. Há um auditório para apresentação de teatro que está sendo reformado para colocação de piso sintético

Apresenta problemas estruturais e más condições em muitos dos prédios.

Como se trata de estabelecimento para presos em sentido semi-aberto, não há muralhas. A segurança interna e externa é realizada por agentes de segurança penitenciária. Há aparelhos de raio-x para entrada de alimentos e de pessoas. Ressalte-se que as máquinas de raio-x estavam em aparente bom estado.

Pela característica do estabelecimento, há problemas com evasões. Em março houve 17 evasões, mas em abril apenas 01. A administração considera que o ipa tem índice baixo de evasões dadas as condições locais.

Existem os seguintes profissionais de saúde: 1 clínico geral, 1 psiquiatra, 1 cardiologista, 1 urologista, 2 dentistas, 1 enfermeiro e 04 auxiliares de enfermagem.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceu suficiente para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

o banho de sol é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana. Existe edifício específico para visita íntima. Não foi relatado qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação não é confeccionada no estabelecimento e é considerada como boa pelos presos. A cozinha tem estrutura antiga. Os reeducandos preparam a alimentação sem proteção de higiene (toca ou luva).

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar no CDP, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade.

Há oferta variada de atividades educacionais e laborais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

A unidade oferece curso de ensino fundamental e ensino médio, além de cursos profissionalizantes. Há 30 internos em curso de alfabetização, 220 nos dois segmentos do ensino fundamental e 30 no ensino médio. Ainda, 120 frequentam, em parcerias com empresas, cursos em elétrica, jardinagem, horticultura, pedreiro e panificação. Há um pavilhão escolar com várias salas, que são organizadas e limpas. Há biblioteca com cerca de 2.200 volumes.

Ademais, existe oferta de trabalho na cozinha, na limpeza, na manutenção do ipa, em oficinas, em fábrica, na agricultura, artesanato e na pecuária, além de contratados Funap. No total, 829 presos trabalham no IPA e outros 128 em trabalho externo. Estes são todos monitorados eletronicamente.

Informou-se que ocorrem visitas mensais do promotor e do juiz de execução. Já o defensor público realiza inspeções a cada 2 meses.

PENITENCIÁRIA “ALBERTO BROCCHERI”

A penitenciária “Alberto Broccchieri”, conhecida como Bauru I, destina-se à custódia de presos submetidos a regime semi-aberto, do sexo masculino, contém atualmente 980 presos e a capacidade do estabelecimento é de 1192 presos.

Não há separação, por crimes, por causa da estrutura e o perfil dos presos é de condenados submetidos a penas mais longas, após progressão de regime. A unidade é antiga e grande. Até setembro de 2007, a penitenciária era para regime fechado e, após outubro do mesmo ano, a unidade passou a receber presos em semi-aberto.

O estabelecimento é administrado por: José Eduardo Fernandes Ávila (diretor geral); Vanderlei Cardoso (diretor de disciplina); Robson Bragaia (diretor de administrativo). Como o diretor geral não estava no momento da visita, foram os dois outros diretores que mostraram a penitenciária.

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a existência de celas coletivas de 5m x 4m. Tem de 08 a 10 presos por celas. Há 03 celas para inclusão social (triagem) e funciona também como seguro ou quando algum detento comete alguma falta grave que venha ser transferido para o fechado, ficando até voltar para o regime rigoroso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Como não há gerador, os diretores reclamaram que, em dia de chuva, o estabelecimento prisional fica sem energia elétrica.

O estabelecimento apresenta uma estrutura predial inadequada, por ter sido construído para regime fechado, com as condições de segurança para este regime, mas sem a estrutura pretendida para o semi-aberto. Apresenta problemas estruturais e más condições nos prédios.

A segurança interna e externa é realizada por agentes de segurança penitenciária. Há aparelhos de raio-x para entrada de alimentos e de pessoas. Ressalte-se que as máquinas de raio-x estavam em aparente bom estado.

Não há problemas com evasões, visto que, nos primeiros meses deste ano, não houve qualquer caso.

Existem os seguintes profissionais de saúde: 4 clínico geral, 2 psiquiatra, 3 psicólogos, 1 dentista, 1 enfermeiro e 5 auxiliares de enfermagem.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceu suficiente para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

O banho de sol é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana. Existe edifício específico para visita íntima. Não foi relatado qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação é confeccionada no estabelecimento e é considerada como boa pelos presos.

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar na penitenciária, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade.

Há oferta variada de atividades educacionais e laborais. 60% dos presos trabalham.

A unidade oferece curso de ensino fundamental e ensino médio, além de cursos profissionalizantes. Há 62 internos em curso de alfabetização, 120 nos dois segmentos do ensino fundamental, 30 no ensino médio e 20 em cursos profissionalizantes.

Ademais, existe oferta de trabalho na cozinha, na limpeza, em serviços administrativos, em oficinas, em fábrica, na agricultura e em artesanato. No total, 415 presos trabalham na penitenciária, 153 fora dos muros e outros 90 em trabalho externo. Estes são todos monitorados eletronicamente.

Informou-se que ocorrem visitas mensais do promotor e do juiz de execução. Já o defensor pública realiza inspeções a cada 2 meses.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

A equipe da diretoria reclama da falta de assistência por parte da coordenação geral. E que qualquer situação que a unidade venha fazer tem de pedir autorização para a coordenação. Ficando, dessa forma, completamente restrita em qualquer de seus atos.

PENITENCIÁRIA “DR. PAULO LUCIANO DE CAMPOS”

A penitenciária “Dr. Paulo Luciano de Campos”, conhecida como Avaré I, destina-se à custódia de presos condenados e provisórios, submetidos a regime fechado, do sexo masculino, contém atualmente 456 presos e a capacidade do estabelecimento é de 670 presos.

Esta penitenciária se destina a presos que tenham praticado crimes mais graves ou que pertençam a organizações criminosas, isto é, um perfil que gera maiores preocupações com a segurança do estabelecimento penal. Apesar de existir um local para RDD, o qual está desativado na unidade, os presos que cometem alguma falta são removidos para unidade de Presidente Bernardes.

O estabelecimento é administrado por: Gilson Gomes Jardim (diretor geral); Irinaldo Pereira da Conceição (diretor de segurança); Adriano Hortêncio (comandante do grupo de intervenção rápida (gir-3).

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional. Além dos responsáveis pelo estabelecimento penitenciária, a visita foi acompanhada por Luiz Paulo Alcarção, advogado da Funap lá lotado.

Na unidade, verificou-se a existência de celas individuais e, por isso, não há mais que um preso por cela. Há 13 celas para inclusão social (triagem).

O estabelecimento apresenta uma estrutura predial inadequada, apresentando problemas estruturais, mas não o estado geral não é péssimo, embora se trate de penitenciária já antiga.

A segurança externa é feita pela polícia militar. Já a segurança interna é realizada pelo grupo de intervenção rápida (gir-3).

A esse respeito, deve ser ressaltado que o procedimento recolhimento de presos do banho de sol feito por agentes do gir-3 causou surpresa. Ao final do horário de banho de sol, um grupo de agentes ingressa no pátio e faz a revista dos presos. Após, os presos saem de um em um em direção às celas. Na ala das celas, são feitos dois grupos de agentes do gir-3, com armas e escudos, que acompanham o preso e protegem o agente penitenciário.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Segundo o diretor, existe a necessidade de tal esquema se justifica devido ao perfil do preso. Chegou a utilizar a seguinte expressão: “os que ali estão valem por mil que estão em outra unidade.” Ressaltou ainda que os presos que são transferidos para outras unidades acabam ganhando certo respeito por ter passado nesta unidade.

Ainda que haja preocupação com a segurança, parece medida excessiva e inadequada. Apenas a título exemplificativo, as penitenciárias federais, que possuem perfil de presos semelhante, não utilizam procedimento tão ostensivo e nem por isso, ao que se sabe, têm apresentado problemas disciplinares.

Também quanto à segurança, há um canil com 32 cães, que fazem a segurança por fora dos pavilhões. Ademais, todo o trâmite dos presos é feito com algema

Há aparelhos de raio-x para entrada de alimentos e de pessoas. Ressalte-se que as máquinas de raio-x estavam em aparente bom estado.

Existem os seguintes profissionais de saúde: 1 clínico geral, 1 psiquiatra, 3 psicólogos, 1 dentista, 3 enfermeiras e 6 auxiliares de enfermagem. Há consultórios para atendimento médico e existem 4 cadeiras de rodas para utilização.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceu suficiente para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

O banho de sol é de 3 horas diárias e é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana e duram 4 horas.

A alimentação é confeccionada no estabelecimento e há quatro refeições diárias.

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar na penitenciária, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade, que é sempre feito com algemas.

Apenas 42 presos trabalham na unidade. Afirmou-se que as empresas não se interessam em colocar suas atividades na unidade por causa do perfil dos presos. Basicamente, existe oferta de trabalho na cozinha e na limpeza.

Informou-se que ocorrem visitas mensais do promotor e do juiz de execução. Já o defensor pública realiza inspeções a cada 2 meses.

PENITENCIÁRIA “CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA”

A Penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva”, em Itaí, destina-se à custódia de presos estrangeiros, condenados e provisórios, em regime fechado e semi-aberto, do sexo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

masculino. Contém atualmente 1405 presos, sendo 400 provisórios, e a capacidade do estabelecimento é de 900 presos.

A unidade não tem estrutura para separação dos presos entre condenados e provisórios. Mas os presos que se encontrem em regime semi-aberto ficam em uma área distinta dos condenados em regime fechado e dos provisórios.

O estabelecimento é administrado por Mauro Henrique Branco (diretor geral).

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a existência de 141 celas coletivas de 4,6m x 3,45m. Há ainda 23 celas individuais. Há celas para cumprimento de sanção disciplinar e celas para presos que necessitem ser separados dos demais (seguro).

O estabelecimento apresenta problemas prediais e condições não ideais. É dividido em 4 (quatro) alas. Há, também, uma ala de triagem, onde os presos ficam em torno de uma semana para fazerem a identificação e os exames de saúde.

A segurança interna é realizada por agentes de segurança penitenciária e a externa pela polícia militar. Há aparelhos de raio-x para entrada de alimentos e de pessoas. Ressalte-se que as máquinas de raio-x estavam em aparente bom estado.

Não foram relatados problemas com evasões.

O atendimento de saúde funciona das 7h às 19h. Após esse horário, se algum preso necessitar de atendimento médico, ele é levado ao hospital público da cidade. Existem os seguintes profissionais de saúde: 3 clínicos gerais, 2 psicólogos, 1 dentista, 2 enfermeiros e 6 auxiliares de enfermagem.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceram suficientes para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

Há, ainda, uma ala específica para quem se encontra em tratamento de saúde (tuberculose, aids, entre outras). Nas celas desta ala – como, de resto, em todas as celas da penitenciária –, o banho é de água fria. Há somente uma cela com água quente. Mas só utilizam o banho quente quando há recomendação, fora isso o banho é frio.

A assistência jurídica é realizada por advogado da Funap.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Além disso, como se trata de estabelecimento para presos estrangeiros, deve-se mencionar que os consulados fazem visitas aos seus respectivos cidadãos. Os presos, em sua maioria, provêm do continente americano, seguidos por africanos e por europeus. A maioria dos presos (de 85% a 90%) está presa por crimes relacionados com drogas e os latinoamericanos são os que mais cometem o crime de furto.

O banho de sol é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana. Existe edifício específico para visita íntima. Não foi relatado qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação é confeccionada no estabelecimento.

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar na penitenciária, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade.

Há oferta variada de atividades educacionais e laborais e cerca de 700 presos trabalham.

A unidade oferece curso de ensino fundamental e ensino médio, além de cursos de idiomas. Há 20 internos em curso de alfabetização, 387 nos dois segmentos do ensino fundamental e 299 no ensino médio. Em torno de 50% a 60% dos internos frequentam curso de espanhol. Um ponto que parece negativo nas atividades educacionais desenvolvidas é que os cursos são ministrados pelos próprios internos e não por docentes com formação específica, o que pode comprometer a qualidade da formação. Tem sido concedida a remição da pena dos presos que estudam.

Um ponto a ser destacado e elogiado é a biblioteca, que possui mais de 11 mil livros, todos recebidos por doações.

No estabelecimento penal, funcionam três empresas privadas, além da Funap oferecendo trabalho aos presos. Esta última é, aliás, a que, a juízo do diretor do estabelecimento, é a que mais se destaca, produzindo peças de roupas tanto para o uniforme dos presos quanto do grupo de intervenção rápida (GIR). Ademais, existe oferta de trabalho na cozinha, na limpeza, em serviços administrativos, em oficinas, na agricultura e no artesanato.

Não há condenados em regime semi-aberto que trabalhem fora dos muros da penitenciária. O diretor relatou que houve um interno, que estava trabalhando em uma fazenda ao lado da unidade prisional, que cometeu um delito. Como consequência, comunidade local ficou com receio do preso e não passou a não mais aceitar presos trabalhando fora do estabelecimento penal.

O kit higiene é fornecido somente aos que entram na unidade. Posteriormente para o recebimento do kit os presos têm de trabalhar para adquirir o referido kit. Tal medida tem servido como incentivo para que os detentos trabalhem, segundo relatou o diretor.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Informou-se que ocorrem visitas mensais do promotor, do juiz de execução e do defensor público. A unidade tem uma sala de tele-audiência e acontecem em torno de duas por dia, realizadas pelo juiz de Avaré.

PENITENCIÁRIA “WELLINGTON RODRIGO SEGURA”

A penitenciária “Wellington Rodrigo Segura”, conhecida como presidente prudente I, destina-se à custódia de presos condenados em regime fechado e semi-aberto, do sexo masculino. Possui atualmente 1202 presos e a capacidade do estabelecimento é de 1005 presos. Informou-se que os presos ali encarcerados não fazem parte de qualquer facção criminosa.

A unidade não tem estrutura para separação dos presos regime semi-aberto dos condenados em regime fechado.

O estabelecimento é administrado por José Carlos dos Santos (diretor geral) e por Maurílio F. de Souza (diretor substituto).

A inspeção foi acompanhada pelos defensores públicos Leandro de Castro e Orivaldo de Sousa Junior.

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a existência de 67 celas coletivas de 5,28m x 5,36m e de 4,08m x 5,07m. Há ainda 19 celas individuais. As celas coletivas possuem entre 9 e 12 camas (beliches). Há entre 15 a 16 presos por celas. Os demais dormem no chão.

Há, também, uma ala de triagem, onde os presos ficam em torno de uma semana para fazerem a identificação e os exames de saúde.

A segurança interna é realizada por agentes de segurança penitenciária e a externa por agentes de escolta e vigilância penitenciária.

Não foram relatados problemas com evasões. As últimas rebeliões ocorreram em 2005 e em 2006.

Existem os seguintes profissionais de saúde: 4 clínicos gerais, 5 psicólogos, 3 dentista, 3 enfermeiros, 6 auxiliares de enfermagem e 5 assistentes sociais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceram suficientes para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

Quando há casos de urgência médica, a unidade envia presos para hospitais públicos. Foi feita uma reclamação quanto à situação dos médicos, pois estes desejam trabalhar em regime de plantão, mas a secretaria da fazenda impõe 4 horas diárias, conforme a lei. Assim, muitos dos médicos tiram licença.

Há, ainda, uma ala específica para quem se encontra em tratamento de saúde, composta por quatro celas.

A assistência jurídica é realizada por advogado da Funap.

O banho de sol é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana. Existe edifício específico para visita íntima. Não foi relatado qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação é confeccionada no estabelecimento. Os presos em regime fechado recebem 3 refeições diárias e os que se encontram em regime semi-aberto têm direito a 4 refeições.

A cozinha está aguardando licitação para ser reformada.

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar na penitenciária, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade. Há oferta de atividades educacionais e laborais e cerca de 40% dos presos em regime fechado trabalham. A unidade oferece curso de alfabetização, de ensino fundamental e de ensino médio. Há 51 internos em curso de alfabetização, 86 nos dois segmentos do ensino fundamental e 40 no ensino médio, além de um interno que é aluno do curso de direito da universidade do oeste paulista. Um ponto que parece negativo nas atividades educacionais desenvolvidas é que os cursos são ministrados pelos próprios internos e não por docentes com formação específica, o que pode comprometer a qualidade da formação, embora exista uma única professora coordenadora, vinculada à Funap, o que parece muito pouco tão oferta variada de ensino como da alfabetização ao ensino médio.

Um ponto a ser destacado e elogiado é a biblioteca, com acervo grande e variado, composto por doações.

No estabelecimento penal, funcionam cinco oficinas geridas por empresas privadas, oferecendo trabalho aos presos. Em particular a empresa Regina festa, que produz artigos para festas (embrulhos, decorações, etc). 150 internos trabalham e recebem em torno de 140 a 150 reais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Ademais, existe oferta de trabalho na cozinha, na limpeza, em serviços administrativos, em oficinas, na agricultura e no artesanato.

Informou-se que está havendo um mutirão por parte do judiciário e os processos de execução penal foram encaminhados ao TJ/SP.

Além disso, ocorrem visitas mensais do promotor, do juiz de execução e do defensor público.

No entanto, foi feita reclamação pelo defensor público Orivaldo de Sousa Junior de que o juiz da 2ª vara criminal vem dificultando a constituição do conselho da comunidade. Sustentou que o referido magistrado tem obstaculizado seguidamente a criação do conselho e causado muitos transtornos nesse sentido.

CENTRO RESSOCIALIZAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

O centro ressocialização de presidente prudente se destina à custódia de presos condenados em regime fechado e semi-aberto, do sexo masculino, com disciplina e estrutura particulares, constituindo experiência interessante na busca da ressocialização dos internos. Possui atualmente 210 presos provisórios e condenados, em regime fechado e semi-aberto, e a capacidade do estabelecimento é também de 210 presos.

Pela própria regulamentação dos centros de ressocialização (resolução nº 255/SAP), só pode haver presos condenados não podem ter penas superiores a 10 (dez) anos e nem presos provisórios cuja pena em abstrato seja superior a 10 (dez) anos. A unidade não tem estrutura para separação dos presos regime semi-aberto dos condenados em regime fechado, pois não é esta a proposta dos centros de ressocialização.

O estabelecimento é administrado por Celia Regina Silva Martins (diretora geral).

A inspeção foi acompanhada pelos defensores públicos Leandro de Castro e Orivaldo de Sousa Junior, que muito elogiaram o estabelecimento e sua proposta.

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a existência de 18 celas coletivas de 5m x 3m. Não há celas individuais. Todos os presos dormem em camas beliches e não há presos no chão.

A segurança interna é realizada por agentes de segurança penitenciária e a externa por agentes de segurança penitenciária e por policiais militares.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Não foram relatados problemas com evasões.

As instalações prediais, de maneira, pareceram bastante corretas. A segurança é mínima e, segundo a diretora, “os presos não fogem porque não querem.”

Existem os seguintes profissionais de saúde: 1 psicólogo, 1 dentista, 1 enfermeira, 2 auxiliares de enfermagem e 1 assistente social, que trabalha com o auxílio de 2 estagiários.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceram suficientes para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

Quando há casos de urgência médica, a unidade envia presos para hospitais públicos. Há, ainda, uma ala específica para quem se encontra em tratamento de saúde, composta por quatro celas.

A assistência jurídica é realizada por advogado da Funap, que possui auxílio de 2 estagiários.

O banho de sol é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana. Existe visita íntima, realizada a cada 15 dias. Não foi relatada qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação é confeccionada no estabelecimento.

Os presos não utilizam, mas recomenda-se a utilização de roupas das cores branca, azul e verde.

Há oferta de atividades educacionais e laborais.

A unidade oferece curso de alfabetização, de ensino fundamental e de ensino médio. Há 22 internos em curso de alfabetização, 46 nos dois segmentos do ensino fundamental e 29 no ensino médio, além de 3 presos em cursos profissionalizantes e 2 internos que são alunos de curso superior. Os cursos são ministrados por professores vinculados à secretaria estadual de educação.

Um ponto a ser destacado e elogiado é a biblioteca, com acervo grande e variado, composto por doações.

No estabelecimento penal, funcionam duas oficinas geridas por empresas privadas, oferecendo trabalho aos presos, uma de confecção de sacolas para lojas da nova decor e outra que produz peças para aparelhos de som. Ressalte-se que todos os presos, em regime fechado ou semi-aberto, trabalham interna ou externamente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

O trabalho extra-muros para os presos que estão no semi-aberto é permitido mediante monitoramento eletrônico.

Ademais, existe oferta de trabalho na cozinha, na limpeza, em serviços administrativos, no artesanato, em horta, na barbearia, na lavanderia, biblioteca, jardinagem, pocilga, reciclagem, viveiro, pomar, lavagem de automóveis, conservação externa e galinheiro/ carneiro.

Além disso, ocorrem visitas mensais do promotor, do juiz corregedor, juiz de execução. Há ainda visita semestral do defensor público e anual da comissão de direitos humanos da oab.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PENITENCIÁRIA “DR. JOSÉ ISMAEL PEDROSA”

O centro de reabilitação penitenciária “Dr. José Ismael Pedrosa”, em Presidente Bernardes, destina-se à custódia de presos submetidos ao regime disciplinar diferenciado (RDD). Possui atualmente 46 presos e a capacidade do estabelecimento é de 160 presos.

O estabelecimento é administrado por Luciano César Orlando (diretor geral).

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Segundo relatado pelo próprio diretor do estabelecimento, a maioria dos presos foi submetido ao RDD por conta de agressão a funcionários da administração penitenciária em outras unidades vinculadas à secretaria de administração penitenciária. Não há líderes de organizações/ facções criminosas, contrariando o senso comum ou mesmo a pretensão do RDD quando do seu estabelecimento.

Em razão da destinação do estabelecimento prisional, verificou-se a existência de celas individuais exclusivamente. E, sobretudo, com a baixa ocupação da unidade, há inúmeras celas vazias e, quando ocupadas, não há mais que um único preso, garantindo seu isolamento.

Os presos não têm acesso a telefone, a televisão, rádio, etc. A lógica do estabelecimento é o máximo isolamento possível.

A segurança interna é realizada por agentes de segurança penitenciária e a externa por policiais militares. Embora não haja unidade do gir, o procedimento de segurança adotado é idêntico ao que ocorre nas unidades em que este grupo atua.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Quanto a funcionários, há, entre setor de segurança, área técnica e administrativa, um total de 154 funcionários. Tomando por base o número de presos, há mais de 3 funcionários para cada preso, o que é bastante expressivo.

Não foram relatados problemas com evasões, rebeliões ou motins.

Em que pese haver excessiva preocupação com a segurança interna, o sistema de monitoramento, composto por 32 câmeras, não está funcionando, o que parece ser uma imensa contradição.

Existem os seguintes profissionais de saúde: 1 clínico geral, 3 psicólogos, 1 dentista, 2 enfermeiros, 4 auxiliares de enfermagem e 3 assistentes sociais.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceram suficientes para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

A assistência jurídica é realizada por advogado da Funap.

O banho de sol é realizado diariamente, durante 2 horas, em grupos de 6 presos. Tal medida se deve à tentativa de evitar a comunicação entre os presos. As visitas acontecem nos finais de semana (sábados ou domingos). O contato direto entre preso e visitantes é evitado e só por meio de parlatório. Não foi relatado qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação não é confeccionada no estabelecimento e vem de outra unidade prisional.

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar na penitenciária, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade. Os presos, durante os seus deslocamentos na unidade, são algemados.

Não há oferta de atividades educacionais e laborais. Ressalve-se que, quanto à educação, desde que os presos solicitem, poderão obter, sendo certo que o atendimento educacional é individual. Segundo informado, há 4 presos cursando alfabetização e outro 3 no ensino fundamental. Os cursos são ministrados por monitora de educação da Funap.

Ocorrem visitas mensais do juiz corregedor, do juiz de execução e do promotor.

Há uma sala para audiência *on line*.

PENITENCIÁRIA “ZWINGLIO FERREIRA”



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

A Penitenciária “Zwinglio Ferreira”, conhecida como Presidente Venceslau I, destina-se à custódia de presos condenados em regime fechado, do sexo masculino. Possui atualmente 727 presos e a capacidade do estabelecimento é de 586 presos.

O estabelecimento é administrado por Osny Carlos Screpanti (diretor geral).

A inspeção foi acompanhada pelo coordenador da região oeste da administração penitenciária paulista, Roberto Medina.

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a existência de 315 celas coletivas de 2m x 3m. Há ainda 97 celas individuais.

A segurança interna é realizada por agentes de escolta e vigilância penitenciária e a externa por policiais militares.

Não foram relatados problemas com evasões, rebeliões e motins entre os presos em regime fechado.

Existem os seguintes profissionais de saúde: 3 clínicos gerais, 1 psiquiatra, 1 psicólogo, 1 dentista, 3 enfermeiros, 5 auxiliares de enfermagem, 1 auxiliar de laboratório e 2 assistentes sociais.

As instalações médicas e a quantidade de medicamentos pareceram suficientes para atender à população penitenciária e não foram verificadas reclamações neste sentido.

Quando há casos de urgência médica, a unidade envia presos para hospitais públicos.

Há, ainda, uma ala específica para quem se encontra em tratamento de saúde, composta por 15 celas. Relatou-se que os casos mais comuns são diabetes e hipertensão.

A assistência jurídica é realizada por advogado da Funap.

O banho de sol é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana. Existe edifício específico para visita íntima. Não foi relatado qualquer reclamação quanto à periodicidade.

A alimentação é confeccionada no estabelecimento.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar na penitenciária, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade.

Há oferta de atividades educacionais e laborais. A unidade oferece curso de alfabetização, de ensino fundamental e de ensino médio. Há 17 internos em curso de alfabetização, 14 nos dois segmentos do ensino fundamental e 8 no ensino médio. Um ponto que parece negativo nas atividades educacionais desenvolvidas é que os cursos são ministrados pelos próprios internos e não por docentes com formação específica, o que pode comprometer a qualidade da formação, embora exista uma única professora coordenadora, vinculada à Funap, o que parece muito pouco tão oferta variada de ensino como da alfabetização ao ensino médio.

Houve reforma recente em parte das salas de aula. Ressalve-se que esta a reforma foi feita pelos próprios presos.

No estabelecimento penal, funciona oficina da Funap, que fabrica carteiras. Parte da oficina está sendo reformado da oficina pelos próprios presos.

ademais, existe oferta de trabalho na cozinha, na limpeza, em serviços administrativos, na agricultura e na pecuária.

Ocorrem visitas mensais do juiz de execução, do promotor e do defensor público. O juiz corregedor faz inspeção anual.

PENITENCIÁRIA MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA”

A Penitenciária “Maurício Henrique Guimarães Pereira”, conhecida como presidente Venceslau II, destina-se à custódia de presos condenados e provisórios, submetidos a regime fechado, do sexo masculino, contém atualmente 807 presos e a capacidade do estabelecimento é de 1212 presos.

Esta penitenciária se destina a presos que tenham praticado crimes mais graves ou que pertençam a organizações criminosas, isto é, um perfil que gera maiores preocupações com a segurança do estabelecimento penal. Seriam, segundo informado, líderes de organização/facção criminosa (Primeiro Comando Da Capital - PCC) e, portanto, os mais perigosos do estado de São Paulo. Por tal razão, justificar-se-ia a adoção de todas a sorte de medidas para assegurar a segurança interna e externa.

Não há presos submetidos ao RDD, já que os presos que cometem alguma falta são removidos para unidade de Presidente Bernardes.

O estabelecimento é administrado por Luis Fernando Negrão Bizzoto (diretor geral).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

A inspeção foi acompanhada pelo coordenador da região oeste da administração penitenciária paulista, Roberto Medina.

Houve a pronta colaboração da administração da penitenciária por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências do estabelecimento prisional.

Na unidade, verificou-se a existência de celas com dois presos em regra e, excepcionalmente, celas individuais. As celas nos raios I e II têm 11m² e as dos raios III, IV, V e VI medem 16m².

Os presos permanecem nas celas para inclusão social (triagem) por 1 dia.

A segurança externa é feita pela polícia militar. Já a segurança interna é realizada pelo grupo de intervenção rápida (GIR-3).

A esse respeito, deve ser ressaltado que o procedimento recolhimento de presos do banho de sol feito por agentes do GIR é idêntico ao encontrado na penitenciária de Avaré e o que motivou críticas acima.

Ademais, todo o trâmite dos presos é feito com algema.

Há aparelhos de raio-x para entrada de alimentos e de pessoas. Ressalte-se que as máquinas de raio-x estavam em aparente bom estado.

Existem os seguintes profissionais de saúde: 1 clínico geral, que tem atua como psiquiatra; 2 psicólogos; 2 dentistas; 3 enfermeiras; 5 assistentes sociais e 5 auxiliares de enfermagem. Há consultórios para atendimento médico e dentário.

A assistência jurídica é realizada por 2 advogados da Funap.

O banho de sol é de 3 horas diárias e é realizado diariamente. As visitas acontecem nos finais de semana e duram 4 horas.

A alimentação não é confeccionada no estabelecimento.

Os presos recebem uniformes, mas não são obrigados a utilizar na penitenciária, salvo em caso de deslocamento dentro da unidade, que é sempre feito com algemas.

Não há presos estudando ou trabalhando, pois, segundo informado, por seu perfil, os presos jamais demonstraram qualquer interesse.

Informou-se que ocorrem visitas mensais do promotor e do juiz de execução. Já o defensor público realiza inspeções a cada 2 meses.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

DELEGACIA SECCIONAL/ CADEIA PÚBLICA DE OSASCO

A delegacia seccional/ cadeia pública de Osasco, destina-se à custódia de presos provisórios, do sexo masculino. Possui atualmente 16 presos e a capacidade do estabelecimento é de 30 presos. Existe cela separada para adolescentes. Ressalte-se que, quando da visita, havia um adolescente lá custodiado.

Além de presos decorrentes da provável prática de crimes, havia presos devedores de alimentos.

O estabelecimento é administrado por Paulo Sérgio Maluf (delegado de polícia).

Houve a pronta colaboração da autoridade policial por ocasião da inspeção, fornecendo informações detalhadas sobre o funcionamento da unidade, assim como foi franqueado o acesso às dependências da delegacia.

Na unidade, verificou-se a existência de celas coletivas de 4m x 4m. Há ainda 97 celas individuais.

A segurança interna é realizada por carcereiro policial e não existe segurança externa.

A delegacia apresentou, em relação a visita anterior realizada pelos conselheiros signatários, melhoria significativa, visto que não está mais superlotada, todavia, continua não tendo nenhuma condição de custodiar pessoas, visto que o ambiente é insalubre, não obedece regras mínimas previstas na lei de execução penal e demais regras correlatas, inclusive as resoluções do CNPCP. O próprio delegado responsável defendeu seu desativamento.

Isto, de fato, parece a medida mais adequada e urgente, visto que, como é a regra nas carceragens de delegacias de polícia, não existe espaço para banho de sol, não existe autorização para visita e nem mesmo visita íntima, não há qualquer oferta de trabalho ou de estudo, as condições prediais são péssimas.

A alimentação, por óbvio, não é confeccionada no estabelecimento.

Os presos não recebem uniformes.

Ocorrem visitas mensais do juiz corregedor e do juiz de execução. O defensor público faz inspeção bimestral.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Conclusões e proposições:

- 1. Visando assegurar a dignidade humana dos presos e o cumprimento do disposto na constituição da república e na lei de execução penal, é imprescindível a adoção de medidas emergenciais objetivando aumentar o número de vagas no sistema prisional, assim como reformar e reestruturar as unidades prisionais visitadas, reformando as estruturas físicas precárias. de igual maneira, é necessário assegurar que cada preso possua cama e colchão para dormir, já que atualmente nem todos os detentos estão amontoados em celas, onde espalham espumas pelos corredores para poderem repousar.***
- 2. Recomenda-se também que a defensoria pública e o estado devem prover novos cargos de defensor público para prestar a assistência jurídica aos presos, notadamente nas unidades prisionais, visto que a utilização de advogados da Funap, que são funcionários da própria administração penitenciária, não parece a melhor medida, sobretudo no que diz respeito à sua independência.***
- 3. Sugere-se a ampliação da oferta de professores para a educação. A utilização dos próprios internos como monitores não pode não deve ser a regra, pois, por certo, dificultará a formação acadêmica dos presos, com vistas à sua futura reinserção social.***
- 4. Há que se recomendar, ainda, que o estado de São Paulo, em geral, e a secretaria da segurança pública do estado, em particular, a imediata a interdição da cadeia pública de Osasco, pela absoluta falta de condições de funcionamento e respeito às regras penitenciárias brasileiras e internacionais.***
- 5. Há que se rever procedimento de segurança interna adotado pelo gir, que parece ser excessivo e violador de direitos fundamentais.***
- 6. Por fim, há que a inspeção ao estado de São Paulo gera uma evidente reflexão acerca do RDD, lá criado e, depois, nacionalmente utilizado. da prática paulista, pode-se concluir que tal sanção disciplinar, além de duvidosa constitucionalidade já apontada por este conselho, não atende sequer à sua justificativa teórica, merecedor, portanto, de revisão e, quiçá, de modificação legislativa.***

É o relatório que submetemos à apreciação dos nossos ilustres pares.

Brasília, 26 de julho de 2011.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Carlos Eduardo Adriano Japiassú
Conselheiro

Herbert José Carneiro de Almeida
Conselheiro